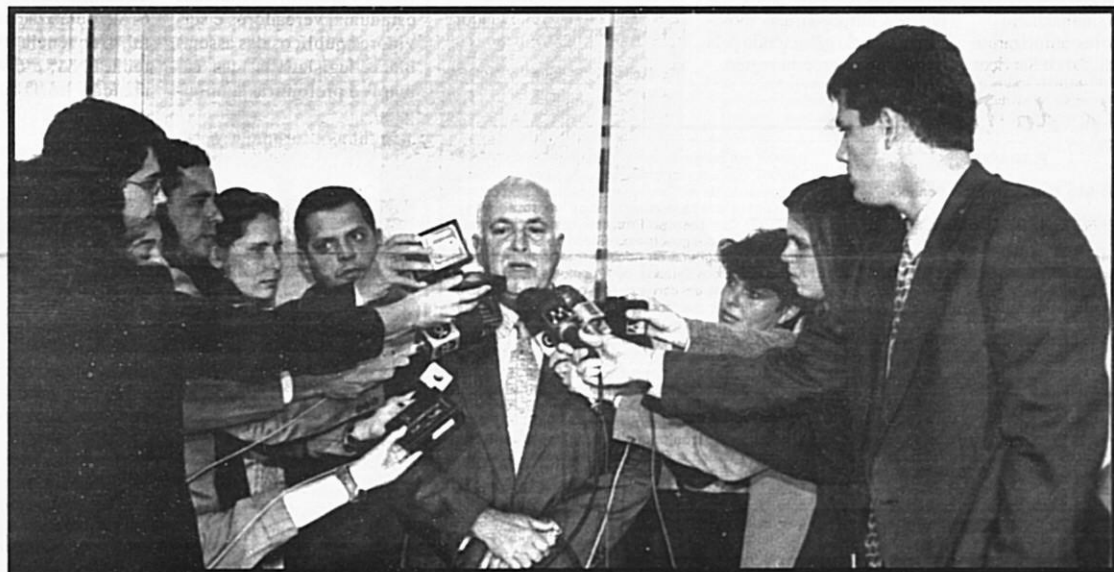


Senadores garantem extinção de privilégio

Plenário votará fim do IPC na quarta-feira. ACM explica que o presidente do STF, José Celso de Mello, pediu em nome do Judiciário a manutenção das aposentadorias especiais para os magistrados, embora pessoalmente fosse contra



O fim do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) será votado pelo plenário do Senado na próxima quarta-feira. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto acima), voltou a condenar os privilégios das aposentadorias especiais para parlamentares e magistrados. Os senadores Osmar Dias, Elcio Alvares, Geraldo Melo, Lúcio Alcântara e Edison Lobão desmentiram notícias de que a Casa estaria preservando privilégios. **Páginas 4 e 5**



CAE ouve Rennó, Serra apóia contrato

O presidente da CAE, senador José Serra, está convencido de que o contrato de parceria entre a Petrobrás e a Odebrecht dará ao Brasil maior competitividade. Ele fez esta afirmação ao final do depoimento do presidente da Petrobrás. A comissão (foto) aprovou requerimento de José Eduardo Dutra para que o Cade analise o contrato. **Página 3**

Estrangeiro idoso terá facilitada a renovação de documentos

Estrangeiros portadores de visto permanente no Brasil com mais de 60 anos ou com deficiência física não precisarão mais renovar sua documentação a cada quatro anos, como manda a lei. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e vai agora à sanção presidencial. O relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, José Agripino (PFL-RN), afirmou que a medida tem "evidente sentido humanitário".

Os senadores autorizaram ainda a Comissão de Serviços

de Infra-Estrutura a acompanhar a execução do projeto destinado a trazer energia elétrica da Venezuela (hidrelétrica de Guri) para abastecer Boa Vista (RR) e Manaus (AM), uma proposta de José Agripino. Ao encaminhar a matéria, Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse que os problemas energéticos da Amazônia estão sendo encaminhados. As áreas à margem direita do Amazonas terão energia de Tucuruí e os municípios da margem esquerda serão alimentados por termoeletricas movimentadas pelo gás extraído pela Petrobrás na própria região.

Calheiros anuncia parecer

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) relator da proposta de emenda constitucional que trata do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), anuncia hoje, às 11h30, o seu parecer. O anúncio será feito no gabinete 22 da Ala Senador Teotônio Vilela, Anexo II.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (29.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (30.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 170 anos do *Journal do Commercio*. Oradores: Artur da Távola, Ney Suassuna e Benedita da Silva.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 124/97, que autoriza o estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 50 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa Intensivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV, que integra o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e do "Projeto de Resolução nº 115/97, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no dia 1º de outubro de 1997.

Quarta-feira (1º.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão de seis projetos de decreto legislativo renovando a permissão para exploração de radiofrequência sonora para emissoras de rádio de diversos municípios brasileiros; e votação em turno único do "Requerimento nº 698/97, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 3 e 20/97, que versam sobre segundo turno de eleições.

Quinta-feira (02.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição.

Sexta-feira (03.10.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

9h - Comissão de Orçamento

Pauta: Reunião regional - Norte em Belém - PA. Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará - Idesc - Av. Nazaré, 871

Terça-feira (30.09.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação do "Projeto de Resolução nº 86/97

(tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 140/96), que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22.05.97, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; do "Projeto de Resolução nº 140/96 (tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 86/97), que encaminha ao Senado Federal o Parecer Dedip/Diare-96/1079 de 13.12.96, que trata do Protocolo de Acordo entre o governo federal e o estado de São Paulo sobre operação de crédito e da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos arts 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94 (Fundo Social de Emergência).

11h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos

Pauta: "PLC nº 49/96 (não terminativo) - tramitando em conjunto com o PLS nº 33/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; "PLS nº 33/96 (não terminativo) - tramitando em conjunto com o PLC nº 49/96), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC; e "PLS nº 191/95 (não terminativo) - tramitando em conjunto com o PLS nº 33/96), que altera a Lei nº 7.087/82, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

Quarta-feira (1º.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Teleconferência será realizada nesta terça

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realiza nesta terça-feira (dia 30), das 14h às 17h, a Segunda Teleconferência sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação de Terceiros. A conferência, sobre recursos na área de saúde, é dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores públicos das assembleias legislativas, das câmaras e prefeituras municipais.

A teleconferência, a ser

transmitida via Embratel, a partir da sede do Senado, poderá ser vista em telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e nas principais cidades do país. O acesso à teleconferência também será possível nos locais providos de antena parabólica, através da sintonização do canal 6-A2, polarização horizontal, frequência 3930, Sistema LNA; e 6-A2, polarização horizontal, frequência 1220, Sistema LNB.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Portella: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anouse

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suelly

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

Senadores decidiram sobre 22 matérias na semana, inclusive a da Previdência

Um total de vinte e duas matérias foram apreciadas pelo plenário do Senado nesta semana (de 22 a 26), inclusive a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional de reforma da Previdência, que tem retorno à Ordem do Dia para o segundo turno previsto para 8 de outubro. Também foi aprovado, em turno suplementar, projeto visando acelerar o processo de reforma agrária. As duas matérias serão oportunamente enviadas ao exame da Câmara.

O plenário decidiu, depois de intensa discussão, retirar da tramitação de urgência, e devolver à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por reexame, projeto de resolução autorizando a renegociação de R\$ 50,3 bilhões em dívidas de São Paulo. Também foram devolvidos às comissões proposta de emenda constitucional alterando os limites da inelegibilidade imposta a cônjuges e parentes, consanguíneos ou por adoção, do presidente da República, governadores e prefeitos (à CCJ), e projeto que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama (à Comissão de Assuntos Sociais, que deliberará em caráter terminativo).

Foram aprovados, e encaminhados à Comissão Diretora para a redação final, projeto alterando a lei sobre utilização de cadáveres não reclamados para fins de estudo ou pesquisa científica, e outro criando o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco.

Joel Mendes Rennó, na reunião presidida por José Serra

DECISÕES DO PLENÁRIO DO SENADO

(de 22 a 26.09.97)

Emenda à Constituição aprovada em 1º turno.....	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	2
Projetos aprovados e enviados à Câmara.....	1
Projetos aprovados e enviados à sanção.....	1
Projetos aprovados e enviados à redação final.....	2
Indicações aprovadas.....	1
Requerimentos apreciados.....	8
Matérias enviadas ao Arquivo.....	6
Total	22

Presidente da Petrobrás explica na Comissão de Assuntos Econômicos parceria da estatal com construtora

Para Serra, contrato com Odebrecht favorece país

O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem estar convencido de que "o contrato de parceria firmado pela Petrobrás com o grupo Odebrecht dará ao Brasil maior competitividade, e a maioria dos senadores também concordam". Serra fez essa afirmação ao encerrar a reunião em que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente, ouviu no final da tarde o presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó, sobre as dívidas de alguns senadores sobre o contrato.

A concentração é inevitável. A questão é interpretar o contrato e, se for o caso, adequá-lo a uma situação necessária e indispensável para que o Brasil, já numa economia aberta, possa ficar em condições de enfrentar o mercado internacional que está cada vez mais competitivo - assinalou.

José Serra salientou que a presença de Rennó na comissão "foi espontânea, e também uma boa demonstração do governo de enfrentar todas as questões levantadas" no âmbito do Legislativo. "Há mui-



Joel Mendes Rennó, na reunião presidida por José Serra

ta dúvida sobre o contrato. A cláusula oitava, por exemplo, extrapola o pólo petroquímico de Paulínia (SP) e não tem limitação geográfica. Se isso é bom ou não é um outro caso", acentuou.

O senador acrescentou que a dúvida será dirimida pelo Cade, que, conforme observou, já foi acionado pela própria CAE sobre o assunto. Serra lembrou ainda que, pela manhã, a comissão aprovava requerimento, já encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, para que forneça cópias dos pareceres e dos contratos assinados pela Petrobrás com o grupo Odebre-

cht. O presidente da Petrobrás foi interpelado por diversos senadores, entre os quais José Eduardo Dutra (PT-SE), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Joel Rennó afirmou que o contrato firmado com a Odebrecht "é legítimo, é legal e não deve ser modificado porque não favorece a ninguém".

A reunião da CAE contou ainda com a participação dos senadores Freitas Neto (PFL-PI), Bello Parga (PFL-MA) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

Dutra obtém instauração de processo administrativo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem requerimento de José Eduardo Dutra (PT-SE) pedindo que seja encaminhada ao secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça representação para instauração de processo administrativo para exame do contrato de associação a ser firmado entre a Petrobrás e a OPP Petroquímica S/A, do grupo Odebrecht, que prevê a constituição da Companhia Petroquímica Paulista e da sociedade anônima Companhia de Matérias-Primas da Indústria Petroquímica.

Dutra entende que essa associação entre a maior empresa da área e a maior pro-

duzadora de matéria-prima usada na fabricação de produtos químicos pode representar um *duopólio*, "com evidentes prejuízos para o nível de competitividade do setor".

A CAE também acolheu requerimento apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), solicitando do ministro de Minas e Energia cópias dos pareceres do serviço jurídico e das áreas técnicas da Petrobrás sobre a minuta do citado contrato.

Suplicy alega que a minuta do contrato da associação contém cláusulas restritivas, tais como a que obriga a Petrobrás a submeter à Odebrecht todos os futuros investimentos que venha fazer no

país, não apenas no setor petroquímico, mas em quaisquer outros em que atue ou venha a atuar.

AUDIÊNCIA

Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou a realização de uma audiência pública com os prefeitos da região de Porto Alegre para discutir as consequências das várias medidas adotadas pelo governo federal sobre as finanças municipais, tais como a eliminação do IVV, a "Lei Kandir" e a renovação do FEF.

Simon explicou que o pedido de audiência pública foi formulado pelo prefeito de Porto Alegre em nome da Associação dos Prefeitos do Grande Porto Alegre.

CAE aprova duas operações de crédito para o Exército

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem pareceres favoráveis a mensagens do Executivo solicitando autorização para contratar duas operações de crédito externo destinadas ao Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.

As operações serão efetuadas entre o governo brasileiro e o Brazilian American Merchant Bank, nos valores de até US\$ 375,05 milhões e US\$ 236,59 milhões, respectivamente. As duas propostas, relacionadas ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), dependem ainda da apreciação do plenário do Senado.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fim do IPC será votado na quarta-feira

O Senado vai votar projeto da Câmara propondo a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) na próxima quarta-feira (dia 1º). Requerimento de urgência para a votação foi aprovado na sessão ordinária de ontem. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, havia antecipado a decisão em entrevista concedida na manhã de ontem, na qual rebateu as críticas da imprensa às decisões da Casa.

Na coletiva, o senador voltou a condenar os privilégios das aposentadorias especiais para parlamentares e magistrados, e respondeu ao deputado Carlos Apolinário, relator da Lei Eleitoral, a quem chamou de "ladrão e corrupto". Para situar a posição real dos Poderes na questão das aposentadorias especiais, Antonio Carlos fez um relato da visita que recebeu, no último dia 16, entre 19h30 e 20h, do ministro José Celso de Mello, presidente do Supremo.

Segundo o presidente do Senado, Mello lhe apresentou apelo do Judiciário em favor

da manutenção das aposentadorias especiais para os juizes, "ainda que, como eu, tivesse posição contrária a essa medida". Daí por que Antonio Carlos não aceita recentes declarações do presidente do STF, dando conta de que teria lutado contra o tratamento diferenciado para os magistrados.

O senador contestou também o enfoque de boa parte do noticiário da imprensa responsabilizando o Senado pela manutenção de privilégios, e destacou que esta visão é equivocada, pois, na verdade, foram as deliberações adotadas pela Casa na quarta-feira (dia 24) que evitaram a incorporação do IPC à emenda constitucional de reforma da Previdência, e ainda abriram caminho para a extinção da entidade com a apreciação de matéria já aprovada pela Câmara com essa finalidade.

O presidente do Senado informou ter designado relator da matéria o mesmo autor do parecer da reforma da Previdência, Beni Veras, e anunciou a apreciação do fim do IPC pelo plenário na próxima quarta-

ra (dia 1º), depois de sessão de discussão e aprovação do relatório na terça (dia 30), em sessão conjunta das três comissões permanentes da Casa encarregadas de opinar sobre os projetos. E enfatizou que, "se não der, na quarta tudo acontece em plenário".

Antonio Carlos considera "positivo" o resultado do trabalho do Senado na reforma da Previdência, ressaltando, no entanto, que as mudanças feitas foram "as possíveis, não as necessárias", o que deverá resultar na necessidade de novas alterações "em no máximo cinco anos". Voltou a defender mais rapidez na adoção da reforma tributária e lamentou que o governo não esteja tão empenhado em rever a carga tributária e reorganizar o setor. "porque tem o FEF, que é um colchão muito confortável".



O presidente Antonio Carlos recebeu ontem o ministro Reinhold Stephanes

Stephanes se mostra satisfeito com o resultado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, que veio cumprimentá-lo pelo trabalho feito pelos senadores para recuperar boa parte do "espírito" da reforma da Previdência, proposta pelo governo.

De acordo com o ministro, os senadores mudaram para melhor pelo menos 20 pontos no texto que receberam da Câmara. Ele disse a Antonio

Carlos que a reforma aprovada pelo Senado "já permite um bom ajuste, ainda que daqui há uns cinco anos possivelmente seja necessário voltar a discutir a questão para fazer novas mudanças".

A partir da entrada em vigor, conforme o ministro Reinhold Stephanes, a reforma da Previdência, pelo texto do Senado, geraria uma economia anual de R\$ 1 bilhão para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Projeto cria Plano de Seguridade

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) apreciaram em reunião conjunta, convocada para esta terça-feira (dia 30), às 10h, projeto de lei da Câmara que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

Conforme a proposição, a liquidação do IPC ocorrerá em 1º de fevereiro de 1999. Ela será conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional que terá a atribuição de administrar o patrimônio do instituto, recolher ao Tesouro Nacional os saldos bancários ao final subsistentes e transferir para a Câmara e o Senado o acervo patrimonial.

Pelo projeto, o senador, deputado federal ou suplente participará do Plano de Seguridade So-

cial dos Congressistas desde que o requeira no prazo de 30 dias do início do exercício do mandato.

O parlamentar terá direito à aposentadoria com proventos integrais, correspondentes à remuneração fixada para os membros do Congresso, em dois casos: por invalidez permanente, quando esta ocorrer durante o exercício do mandato e decorrer de acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei; e aos 35 anos de exercício de mandato e 55 anos de idade.

Já com proventos proporcionais ao tempo de exercício de mandato, a aposentadoria será concedida por invalidez permanente, nos casos não previstos acima - não podendo os proventos ser inferiores a 26% da remuneração fixada para se-

adores e deputados -, e aos 35 anos de serviço e 55 anos de idade.

A proposta estabelece ainda que o pagamento dos proventos da aposentadoria não é devido enquanto o beneficiário estiver investido em mandato eletivo federal, estadual ou municipal, salvo se optar pelo benefício.

O projeto determina ainda que o IPC será sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas - atualizadas com base na legislação em vigor - e às pensões a conceder.

Elcio: Senado não aprovou privilégios a parlamentares

O senador Elcio Alves (PFL-ES) disse ontem que, ao contrário do que noticiou a imprensa, o Senado não aprovou nenhum privilégio para os parlamentares na votação da emenda constitucional de reforma da Previdência.

Ele lembrou que, em entrevista concedida após a sessão plenária, deixou claro que a Casa não havia aprovado

nenhum privilégio e que a tendência da maioria dos senadores era favorável à extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Em sua opinião, exatamente na questão dos "privilégios" a imprensa teria truncado informações.

Elcio Alves disse que emenda de José Eduardo Dutra (PT-SE) incluía, no texto constitucional, matéria pertinente à aposentadoria parlamentar, antes não prevista na Carta Magna.

O senador acrescentou que, apesar de todos os líderes concordarem com o fim do IPC, ficou resolvido que colocar no texto esse assunto provocaria uma dificuldade muito grande, porque exigiria para deliberação *quorum* de três quintos.



Elcio: esclarecimento necessário

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Osmar: estamos eliminando privilégios

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) estará liquidado até fevereiro de 1999. Ele disse que há consenso entre os relatores das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais para elaboração de um relatório único ao projeto da Câmara, eli-



Osmar: demagogia não

minando, assim, o instituto, que tem sido caracterizado como privilégio para os congressistas.

Osmar está confiante na determinação do presidente do Senado para que o projeto seja aprovado conjuntamente por essas comissões e votado em plenário na próxima quarta-feira (dia 1º).

- Estamos aqui para eliminar todos os privilégios. O que não

dá para suportar é a demagogia e a falta à verdade. Não mantivemos o IPC como a imprensa divulgou e alguns senadores destacaram ontem no plenário - afirmou.

Osmar salientou que considera um desserviço ao país a manchete "Senadores mantêm seus próprios privilégios", publicada em um jornal de ontem. "Além de ser uma afirmação mentirosa e mal intencionada, a manchete é fruto da total desinformação ou ignorância, provocada também por discursos demagógicos feitos ontem no plenário do Senado", disse.

Em aparte, Carlos Wilson (PSDB-PE) lembrou projeto de sua autoria que acaba com o IPC, destacando que, quando foi governador de Pernambuco, extinguiu vários fundos de pensão que beneficiavam governadores, deputados estaduais e vereadores.

Osmar Dias informou também que recebeu fax do Paraná informando que o ex-diretor do banco do estado Osvaldo Magalhães dos Santos estava sendo processado na Justiça Federal após inquérito instaurado por constatação de irregularidades no órgão.



Requião: sem resposta

Requião exige explicação de Pedro Malan

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu à Mesa Diretora que cumpra o Regimento Interno e determine o processamento, por crime de responsabilidade, do ministro da Fazenda, Pedro Malan, ou obtenha dele informações definitivas sobre o volume de cigarros exportados do Brasil para os países do Cone Sul.

Requião explicou que, no início do ano, pediu à Mesa que indagasse do ministro se ele tinha conhecimento de que contineres com enormes quantidades de cigarros brasileiros se dirigem diariamente ao Paraguai e Argentina, mas não chegam sequer a atravessar a fronteira.

Segundo o senador, a nota de exportação desses cigarros é carimbada e o produto vendido no mercado interno, "numa flagrante fraude fiscal com prejuízos enormes para o Erário". Ressalvando que tem grande apreço pelo ministro da Fazenda, Requião afirmou que Malan usou de "artifícios completamente descabidos" para negar as informações.

Dai por que, amparado no Regimento, o senador preparou um pedido de enquadramento do ministro por crime de responsabilidade. Ele alega que esse Regimento dá à presidência 48 horas para o encaminhamento do processo. E observou: "Tenho certeza de que a apresentação desse meu pedido à Mesa já tem cerca de oito a nove meses".

Na presidência da sessão, Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou que a Mesa apreciará o pedido, informando posteriormente a Requião a decisão tomada.



Melo faz apelo à imprensa

Melo diz que dever é o de informar bem

"Assim como o Senado tem deveres que são cobrados diariamente, a imprensa tem o dever de não negar ao cidadão brasileiro o direito que ele tem a informações corretas", disse ontem, na presidência dos trabalhos do plenário, Geraldo Melo (PSDB-RN), ao comentar noticiário de que o Senado teria aprovado privilégios para parlamentares.

- Eu tenho certeza de que a imprensa, construtora da democracia que hoje se respira neste país, ao lado de tantas importantes lideranças nacionais, contribuirá para que o povo brasileiro vigie, fiscalize, cobre e critique o seu Congresso, mas o respeito como ele merece e respeite o trabalho sério que os congressistas têm realizado e do qual, infelizmente, a população raramente toma conhecimento - afirmou.

Para Alcântara, extinção do IPC tem urgência

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou ontem seu apoio à aprovação do projeto de lei da Câmara que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), a ser votado semana que vem pelo Senado. Ele explicou que, no período de apreciação dessa matéria, estará em missão oficial, em Londres, representando o PSDB em conferência realizada pelo Partido Trabalhista da Inglaterra.

- Sou favorável a que esse assunto seja decidido logo, até mesmo em regime de urgência, pois pode parecer à sociedade brasileira que estamos querendo manter privilégios em causa própria, o que não é verdade. Como não estarei presente na votação do projeto, deixo registrado o meu apoio à extinção do IPC - disse.

Lúcio Alcântara afirmou que, nos debates da reforma da Previdência

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), defendeu uma solução, em legislação infraconstitucional, que permitisse, aos congressistas que se dedicam integralmente à função, um sistema mínimo de aposentadoria.

- Não pretendo defender privilégios. O que precisamos é de um sistema, a exemplo dos funcionários públicos, que preserve o equilíbrio das contribuições, o tempo de serviço e até mesmo idade mínima para aposentadoria, tal qual acabamos de aprovar - ponderou.



Alcântara: contra privilégios



Lobão: "injusto e falso"

Lobão critica noticiário sobre o instituto

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou ontem "injusto e falso" o noticiário da imprensa de que o Senado manteve privilégios nas aposentadorias dos parlamentares durante a votação da reforma da Previdência.

Ele afirmou que o IPC, do qual é presidente, não representa um privilégio, pois, observou, a criação do órgão foi baseada no exemplo dos principais países democráticos do mundo, como a França e os Estados Unidos.

Lobão esclareceu que os parlamentares só têm direito à aposentadoria, que é proporcional, se tiverem no mínimo 50 anos e contribuído pelo menos por oito anos. Conforme explicou, como a contribuição é obrigatória, se o parlamentar não atender a algum desses requisitos ele não terá direito a nenhum dinheiro mesmo que tenha contribuído para o IPC.

Objetivo é dar transparência ao Orçamento da União por meio do acompanhamento das aplicações dos recursos pelo Tribunal de Contas da União, explica senador

João Rocha recebe relatório do TCU

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), João Rocha (PFL-TO), recebeu ontem, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Homero Santos, o relatório das auditorias realizadas pelo órgão no ano passado sobre as obras inacabadas constantes no Orçamento da União deste ano.

Ao elogiar o trabalho do TCU, João Rocha disse que o objetivo do relatório é dar transparência ao Orçamento por meio do acompanhamento das aplicações dos recursos. Conforme o senador, o estudo do TCU vai ajudar o Congresso na alocação de verbas para as obras inacabadas. Agora



João Rocha recebe Santos, o presidente do TCU

será possível saber quais são as obras prioritárias, que deverão receber os recursos, e quais são as que não devem ser finalizadas, destacou.

O presidente do TCU disse que o órgão está cumprindo o papel constitucional de asses-

soramento ao Poder Legislativo, mesmo não tendo um quadro suficiente de servidores. Na opinião de Homero Santos, o TCU, com o auxílio do Congresso Nacional, está atuando no sentido da moralidade pública.

DNER na mira da fiscalização

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizará fiscalização no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para verificar a razão de incongruências, na execução orçamentária do órgão, relativas a indenização e desapropriação de imóveis. O pedido, aprovado ontem pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento, foi feito pelo

deputado João Fassarella (PT-MG).

Na justificativa de seu pedido, o deputado afirmou que a Lei Orçamentária para 1997 autorizou despesas no valor de R\$ 1,19 milhão para indenização e desapropriação de imóveis. Entretanto, conforme dados registrados no Sifai, até o dia 31 de julho foram liquidados, para aquele fim, créditos

no valor total de R\$ 6,06 milhões. A diferença entre o valor autorizado e o liquidado corresponde a um percentual de 507,94%, "sem que fosse remetido pedido de crédito adicional correspondente".

Pela Constituição, a execução de despesas sem a devida autorização do Congresso implica crime de responsabilidade.

Comissão de Educação renova concessões de rádios AM e FM

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo oriundos da Câmara, que renovam concessões para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, às seguintes emissoras: FM Guarany de Santarém (PA); Transoeste, em Joazeira (SC); Sociedade Oeste Catarinense, em Chapéu (SC); Rádio Cidade de Ribeirão Preto (SP); e Rádio TV Tropical, em Manaus.

A comissão também acolheu parecer pela renovação de concessão para a Fundação Brasileira de Assistência e Educação (Fubae), na cida-



Hollanda presidiu a comissão de de Cariacica (ES).

As matérias foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Coutinho Jorge (PSDB-PA), Esperidião Amin (PPB-SC), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Otoniel Machado (PMDB-GO), Jefferson Péres (PSDB-AM) e Gerson Cama-

ta (PMDB-ES).

Foram também acolhidos projetos que renovam concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média às rádios Dourados do Sul, em Dourados e Aquidauana, ambas em Mato Grosso do Sul; Marabá, em Iraí (RS); Auriverde de Pitanga (PR); Sociedade Rádio Continental, em Coronel Freitas (SC); e Fundação Cotrisel, em São Sepé (RS).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) foi o relator dos dois primeiros projetos. Os demais foram relatados por José Fogaça (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Esperidião Amin e Emília Fernandes (PDT-RS).

Rocha quer investigação profunda do caso Banap

Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou ontem que ele e o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em audiência com o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitaram uma investigação profunda e conclusiva sobre as razões que levaram o Banco Central a decretar a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá (Banap).

Conforme o senador, dado que se noticiou suposto envolvimento do governador do estado, João Capiberibe, nas irregularidades detectadas pelo Banco Central, que possuiria documento nesse sentido, a investigação deverá ser estendida ao governador.

- Cabe ao Banco Central o ônus da prova - disse.

Caso o BC não comprove o envolvimento do governador, ficará confirmada a hipótese de discriminação em relação ao Amapá, pois, se as irregularidades se restringirem à atuação da diretoria do Banap, teria cabido uma intervenção federal e não a liquidação, acrescentou.

Rocha afirmou que "há uma revolta no Amapá" contra a liquidação do banco estadual.

O senador disse também que, em audiência com o ministro do Exército, Zenildo Lucena, solicitou a retirada do efetivo militar instalado na Fortaleza de São José do Macapá e a construção de um colégio militar no estado.



Rocha: ônus da prova cabe ao BC



Beni: dividindo a pobreza

Beni discorda de ampliação da área da Sudene

Beni Veras (PSDB-CE) manifestou-se ontem, em discurso, contra o projeto que estende ao Vale do Jequitinhonha (MG) os incentivos concedidos pela Sudene. Já aprovado pelo Senado, o projeto recebeu na Câmara emenda incluindo nos benefícios 27 municípios do Espírito Santo e já está retornando para nova votação dos senadores.

- Não é dividindo a escassez que vamos resolver todos os problemas regionais do país. Temos de buscar formas mais criativas e eficazes. Na década de 70, quando se quis abordar a questão amazônica, a solução foi estender os incentivos do Nordeste à Amazônia. Ninguém se orgulha dos resultados - observou Beni Veras.

Ex-relator da comissão especial do Senado para o desenvolvimento regional, Beni sugeriu que o governo de Minas tem condições de preparar um programa de desenvolvimento do Jequitinhonha, com apoio federal e financiamentos do Banco Mundial e do BID. O mesmo pode ser feito com outros bolsões de pobreza do país, como o norte do Espírito Santo, o Vale do Ribeira (SP), o Pontal do Paranapanema (SP), o norte fluminense e o litoral sul de Santa Catarina.

Caso o Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo sejam incluídos como área da Sudene, "o projeto de lei conseguirá o duplo resultado de piorar as condições do Nordeste e de impedir uma solução melhor para as duas regiões que ele quer beneficiar", opinou o senador.

A Comissão Mista trabalhará na análise e modificação da proposta do Executivo com sete subcomissões, duas das quais terão relatorias ocupadas pelos senadores Flaviano Melo e Romero Jucá

Suassuna anuncia relatores do Orçamento

Aprovados créditos no valor de R\$ 55 milhões

Sob a presidência de Ney Suassuna (PMDB-PB), o plenário da Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem pareceres favoráveis a autorização ao governo para abrir, nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, créditos suplementares e especiais no valor de R\$ 55 milhões, 380 mil e 612.

Desse total, R\$ 4,12 milhões serão destinados ao Ministério dos Transportes, que os aplicará na construção, pela Companhia Docas do Maranhão, de pier petroleiro no porto de Itaqui. Conforme outra solicitação do Executivo, a comissão autorizou crédito de R\$ 500,6 mil para a ampliação do edifício-sede do TRE do Rio Grande do Norte (R\$ 130 mil), a construção de edifício-sede do TRE do Mato Grosso (R\$ 120,6 mil) e a construção do depósito público de Brasília, no TRE-DF (R\$ 250 mil), para armazenamento e guarda de bens penhorados à disposição da Justiça.

Para fins de custeio de vários órgãos e atividades do Judiciário, a comissão autorizou também crédito no valor de R\$ 14,16 milhões. Destinados a investimento em favor do Cepel, foram autorizados R\$ 9,7 milhões para, entre outros projetos, reequipamento de laboratórios e Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).

Finalmente, o Ministério de Minas e Energia foi autorizado a receber crédito no valor de R\$ 26,897 milhões, destinadas ao DNAEE, para atendimento de despesas com a implantação da Aneel e programas de operação e manutenção da rede hidrométrica e fiscalização dos aproveitamentos hídrico e energético.

Essas autorizações dependem ainda de deliberação do plenário do Congresso Nacional.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, anunciou ontem os nomes dos parlamentares que assumirão os cargos de relatores das sete subcomissões setoriais que colaborarão com o relator-geral, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), na análise e modificação da proposta de Orçamento para 1998, elaborada pelo Executivo. As subcomissões e respectivos rela-

tores serão os seguintes:

I - Poderes do Estado, Representação e Defesa - deputado Cleonânio Fonseca (PPB-SE)

II - Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio - senador Flaviano Melo (PMDB-AC)

III - Infra-Estrutura - deputado Pedro Novais (Bloco PMDB/PSD/PSL-MA)

IV - Educação e Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia

- deputado Giovanni Queiroz (Bloco PT/PDT/PC do B-PA)

V - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - senador Romero Jucá (PFL-RR)

VI - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal - deputado Luiz Braga (PFL-BA)

VII - Planejamento, Urbanismo e Integração Regional - deputado Danilo de Castro (PSDB-MG).



Suassuna preside a comissão



A Comissão de Educação aprovou proposta de Emília Fernandes

Dia do Professor terá debate sobre educação

A Comissão de Educação (CE), presidida por Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem requerimento de Emília Fernandes (PDT-RS) solicitando a realização de uma audiência pública na comissão para discutir a educação no país. A senadora propôs a reu-

nião em virtude da proximidade do Dia do Professor, em 15 de outubro.

Emília informou que serão convidados integrantes do meio acadêmico para formar um "painel enxuto e diversificado de pessoas envolvidas com educação".

Jucá informará Padilha sobre irregularidades na BR-174

Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem que levará ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, documento relatando irregularidades praticadas na construção da BR-174. Amparado em relatório de inspeção feito pelo TCU, ele disse que as empreiteiras que atuam nessa obra são as mesmas que fizeram doações na campanha do governador Neudo Ribeiro Campos.

Jucá informou que, apesar do pouco tempo do início da obra, uma série de irregularidades já foi detectada pelo TCU, entre elas o fracionamento de despesas para burlar o processo licitatório. O resultado é que o tribunal já abriu três processos



Jucá: doações e obras em RR

para apurar essas irregularidades, tendo concluído que os contratos de empreiteiras foram feitos ilegalmente.

Em aparte, Jefferson Péres (PSDB-AM) sugeriu que, se os indícios de irregularidades são veementes, Jucá deve provocar a ação do Ministério Público.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a política econômica do governo FHC, a candidatura do presidente Fernando Henrique à reeleição e o lançamento de candidato do PMDB à Presidência da República (reapresentação)

8h - Debate entre o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o deputado federal Severiano Alves sobre o centenário da Guerra de Canudos e sobre os atuais movimentos de trabalhadores sem-terra (inédito)

9h - Sessão plenária (vivo)

Em seguida - Seminário sobre Canudos, com a participação do ministro da Cultura, Francisco Weffort, e do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) (pré-gravado)

15h - Sessão plenária (reapresentação)

19h30 - "Sete Dias na Política" com a participação do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que fala sobre a Lei Eleitoral aprovada em plenário (gravado)

20h30 - "Congresso Hoje"

21h30 - "Fala Cidadão" - resposta às questões dos usuários do serviço 0800 sobre o Conselho de Idosos, a votação da Lei Eleitoral e o projeto da senadora Marina Silva (Bloco-AC) que exige o registro das impressões digitais dos recém-nascidos

22h30 - "Sete Dias na Política" (reapresentação)

23h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária do dia 23/09 - votação da Lei Eleitoral (reapresentação)

Destaque da programação do fim de semana:

Sábado

10h - Comissão que analisa o endividamento dos estados e municípios (reapresentação)

14h - Sessão plenária do dia 23/09 - Lei Eleitoral (reapresentação).

Domingo

14h - Sessão plenária do dia 24/09 - Lei Eleitoral (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

8h45 - "Plenário em Revista"

9h - Sessão plenária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

24h - Retransmissão da sessão plenária

Sábado

8h - Resenha da semana (plenário)

10h - Resenha da semana (plenário)

11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"

15h - Resenha da semana (comissões/presidência)

16h - Programa "A Boa Música do Brasil"

20h - Especial do mês de setembro, com Alceu Valença (reprise)

22h - Programa "Século XX"

Domingo

8h - Resenha da Semana (plenário)

10h - Resenha da Semana (Comissões/Presidência)

11h - "A Música Erudita e Seus Mestres" (reprise)

15h - Resenha da Semana (plenário)

16h - Resenha da Semana (plenário)

17h - "Século XX" (reprise)

22h - "A Boa Música do Brasil" (reprise)

Nos intervalos da programação, o melhor da música popular brasileira e notas informativas.

Para senador, "Legislativo não pode ficar indiferente a um problema que afeta a vida do cidadão comum"

Jefferson Péres condena taxas de juros "obscenas"

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) condenou ontem as altas taxas de juros cobradas no Brasil, argumentando que, em apenas um mês, os bancos estão cobrando o equivalente ao dobro da inflação esperada para todo o ano. Ele afirmou que o Legislativo não pode ficar indiferente a um problema que afeta a vida do cidadão comum.

Lembrando que a inflação brasileira está abaixo de 1% ao mês, havendo até o registro de deflação no mês passado, Jefferson Péres considerou um absurdo os bancos cobrarem taxas mensais de



Jefferson: busca do meio-termo

10%. Ele reconheceu, no entanto, que os juros não podem estar em níveis baixíssimos, como todos desejariam.

Mas explicou que entre juros muito altos e muito baixos há um meio-termo "que pode e deve ser buscado". Esclareceu também que, se o Banco Central baixasse bruscamente

as taxas de juros, as consequências imediatas poderiam ser a exacerbção do consumo, o aquecimento da economia e até a fuga de capitais externos.

Porém, Jefferson disse duvidar sobre se existe no mundo um outro país que, com inflação anual de 4%, cobre perto de 200% ao ano em taxas de juros. No seu entender, essas taxas estão asfixiando vários setores da economia brasileira e, se fossem reduzidas, disso adviria uma queda na inadimplência. "São taxas de juros obscenas, embora o Banco Central não goste que se adjective isso", observou ele.

Campos defende mais atenção para indústria eletroeletrônica do país

O senador Júlio Campos (PFL-MT) fez um apelo para que o governo federal dê atenção especial à indústria eletroeletrônica nacional, adotando medidas para atrair a instalação de empresas internacionais detentoras de tecnologia na área. Ele afirmou que muitos dos componentes utilizados na fabricação de produtos eletrônicos brasileiros não são fabricados no país e, em consequência disso, o segmento de componentes é hoje um dos maiores responsáveis pelo déficit comercial dessa indústria.

- Sem uma indústria local que produza uma lista de componentes em volumes suficientes para atender ao mercado interno e assegurar divisas de exportação, não será possível manter indústrias competitivas - disse.

O senador revelou dados do Fórum Abinee Tec'97 promovido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, demonstrando que o setor tem um faturamento anual de 34 bilhões de dóla-



Campos: apoio é insuficiente

res e gera mais de 165 mil postos de trabalho. Essa importância, segundo o senador, não tem sido suficiente para o governo adotar medidas que evitem a transformação do setor em "uma mera linha de montagem, com forte perda de valor agregado".

Júlio Campos acrescentou que o consumo de produtos eletroeletrônicos deve duplicar num espaço de 25 anos, passando dos atuais 5% para níveis superiores a 10% do nosso Produto Interno Bruto.

Levy sugere debate na CAE sobre "agiotagem oficial"

Ao afirmar que a questão das altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras "é um assunto que precisa ser resolvido pelo Senado da República", o senador Levy Dias (PPB-MS) dirigiu ontem apelo à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que promova um amplo debate em torno do problema. Ele disse que a política de juros praticada pelos bancos está assustando qualquer cidadão



Levy: no paralelo juro cai

de bom senso e prejudica profundamente o setor produtivo do país.

Após referir-se à matéria

publicada pela *Folha de S. Paulo*, segundo a qual os bancos estão cobrando juros muito altos sobre o cheque especial, o senador ressaltou que esses juros chegam a 214,18% ao ano.

"A agiotagem é oficial, porque hoje quem empresta no mercado paralelo está cobrando uma taxa bem inferior e não chega à metade daquela praticada pelos bancos", destacou Levy Dias.

Bezerra destaca encontro do PMDB em Cuiabá

O senador Carlos Bezerra (MT) informou ontem que o PMDB, seu partido, realiza nesta segunda-feira (dia 29), em Cuiabá, encontro do seu movimento trabalhista, com a presença de cerca de cinco mil lideranças partidárias urbanas e rurais.

Conforme o senador, trata-se de encontro em que "o partido se reoxigena", em coerência com sua orientação programática de lutar pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Para Carlos Bezerra, o encontro se inscreve numa história partidária ligada à luta da maioria dos trabalhadores desde a época da ditadura, quan-



Bezerra: luta e coerência

do o PMDB integrou as greves promovidas no ABC paulista e mediu as negociações resultantes da primeira grande greve rural do país, na Zona da Mata pernambucana.

Boaventura busca novo padrão de polícia

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) pediu medidas urgentes ao governo no sentido de promover uma "profunda reformulação na atuação e na constituição dos organismos policiais, especialmente da polícia militar". Na sua opinião, "constituir um corpo de segurança pública comprometido com o respei-

to aos direitos humanos e com um conceito democrático de sociedade é uma tarefa urgente a ser empreendida pelas entidades governamentais e cobrada pela sociedade".

Boaventura destacou a frequente participação de policiais militares em ações criminais. Ele lembrou o sequestro da filha do deputado Luiz Estevão,



Boaventura: polícia reformulada no qual foi constatada a atuação de policiais militares, e o sequestro de um menino de oito anos em São Paulo, onde esses também estão entre os principais suspeitos.